



BOLETIM 7 – Brasília, 10 de novembro de 2015

Sinais da crise na construção continuam evidentes

Deu este final de semana em diversos órgãos de imprensa: “comércio de material de construção cai 7,8% em agosto.

O volume de vendas de material de construção da indústria para o varejo teve queda de 7,8% no país em agosto, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Os dados são da Abramat – Associação Brasileira de Material de Construção. A entidade diz que não há confiança por parte do consumidor para construir ou reformar.

Segundo a Abramat, a tendência é de que este ano se encerre com uma retração de 8% no comércio desses produtos para o varejo e de 14% para as construtoras.

Reflexo disso: queda nos postos de emprego nas construtoras, de 12,6% em agosto, em relação ao mesmo período de 2014.

Considerados os mercados de trabalho nas diferentes regiões do país, o Norte apresentou o maior recuo: 20,84%, seguido pelo Centro Oeste (18,1%) e pelo Nordeste(15,7%).

A Abramat avalia que o impacto foi maior nas regiões em que as ofertas de trabalho no setor da construção dependem mais das obras de infraestrutura, leia-se, obras públicas que foram desativadas ou adiadas. Já os segmentos de obras residenciais e comerciais sofreram menos esse impacto.

Fonte: Comunicação CONTRICOM





Subcomissão debaterá uso de minerais na construção civil

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração realiza audiência pública interativa na terça-feira (10), às 14h30, sobre os tipos de minerais disponíveis para a construção civil. A audiência será na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

A subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), pretende avaliar o setor minerador do país com o objetivo de contribuir para a elaboração do novo marco regulatório, item que faz parte da Agenda Brasil, conjunto de medidas propostas pelo Senado para retomar o crescimento. A proposta de uma legislação para o setor tramita atualmente na Câmara dos Deputados, sob a forma do Projeto de Lei (PL) 5.807/2013.

Foram convidados para a reunião o presidente da Associação Nacional da Indústria da Cerâmica, Cesar Virgílio Oliveira Gonçalves, e o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Rochas Ornamentais, Reinaldo Dantas Sampaio.

Também devem participar o presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, Flávio Rassi, e o assessor para Assuntos Minerários do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, José Mendo Mizael de Souza.

A audiência terá caráter interativo e aqueles que quiserem enviar perguntas, elogios e reclamações, podem fazê-lo por intermédio do Portal e-Cidadania ou pelo Alô-Senado.

Fonte: Agência Senado

Comissão do Senado pode votar vinculação do cálculo do adicional de insalubridade ao salário do empregado

Em reunião na quarta-feira (11), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 294/2008, que dispõe sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade. A proposta determina que o adicional deve ser calculado sobre o salário do empregado, e não sobre o valor do salário mínimo, como estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A reunião tem início às 9h, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

Em seu relatório sobre o PLS 294/2008, o senador Vicentinho Alves (PR-TO) mantém os percentuais de 40%, 20% e 10% sobre o salário, conforme o grau de insalubridade aferido, como previsto na CLT. Ele é favorável assim, a emenda com esse objetivo que já havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em dezembro de 2010. De acordo com o projeto original, do senador Paulo Paim (PT-RS), os percentuais seriam de 50%, 30% e 20%.

O projeto é uma resposta legislativa à decisão do Supremo Tribunal Federal. O STF entendeu que a vinculação do adicional ao salário mínimo contrariava a Constituição e, por extensão, a Súmula Vinculante nº 4 daquela Corte, que veda qualquer expressão legislativa de valores em paridade com o salário mínimo.



Organização social

A CAS também deverá analisar o substitutivo ao PLS 665/2011, que promove alterações na Lei 9.637/1998 de maneira a estabelecer condições e critérios mais rigorosos para uma organização da sociedade civil ser reconhecida como organização social. Apresentado pelo ex-senador Vital do Rêgo, o projeto é relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSB-GO). A matéria terá decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto a ser votado determina que toda qualificação de entidade privada como organização social será precedida de licitação específica para esse fim. Para que uma entidade seja qualificada como organização social, deverá possuir o mínimo de cinco anos de serviços prestados em seu campo de atuação; regularidade jurídico-fiscal, nos campos tributário, previdenciário e trabalhista, comprovada mediante certidões oficiais; e produção acadêmica, científica ou tecnológica que ateste a excelência da instituição quando se tratar de instituições de ensino, pesquisa científica e desenvolvimento.

Próteses

Outra proposta a ser analisada pela CAS é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 93/2013, que obriga os fornecedores de órteses e próteses, assim como de todo material implantável de uso médico, disponibilizar documentos relativos a esses equipamentos. O relatório do senador Roberto Rocha (PSB-MA) é pela aprovação da proposta com emenda de redação sua autoria. A proposição já conta com parecer favorável da CCJ.

O projeto determina que o documento de identificação desses artigos seja emitido pelo importador ou fabricante nacional e pelos serviços de saúde e entregue, em todo o país, ao paciente-usuário. O registro deverá conter especificações técnicas do produto, número de série e do lote do fabricante.

Quanto ao procedimento envolvendo o uso de órteses ou próteses, os serviços de saúde deverão ficar obrigados a colocar à disposição dos usuários laudo com os seguintes dados: nome do paciente; número de seu prontuário; data da cirurgia; nome e assinatura do cirurgião responsável; nome do produto; número de série e do lote do produto e nome do fabricante.

Fonte: Agência Senado

Transposição do São Francisco ficará pronta até o início de 2017, diz ministério

O secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Osvaldo Garcia, afirmou na sexta-feira (9), em Salgueiro (PE), que a obra de transposição do Rio São Francisco deverá ser entregue entre o fim de 2016 e o primeiro trimestre de 2017. “O desempenho da obra ao longo de 2015 até setembro já superou o ano de 2014; isso é um demonstrativo claro de que está sendo tocada a todo vapor”, disse. Oitenta por cento da obra estão concluídos, segundo o ministério.

Garcia participou de evento da Comissão Externa de Transposição do Rio São Francisco, da Câmara dos Deputados, que fez visitas técnicas às



obras no sertão nordestino. Participaram da comitiva que acompanhou a execução das obras os deputados integrantes da comissão, servidores da Câmara e empresários do Ceará, que estão preocupados com a estiagem no próximo ano e o andamento das obras.

O secretário afirmou ainda que haverá garantia de recursos para concluir a transposição do Rio São Francisco. “Até hoje, a obra recebeu todo o orçamento de que precisou. Não houve, em nenhum momento, atraso de pagamentos e dívidas não pagas. Todo o serviço foi executado de forma extremamente correta”, afirmou.

Mobilização

O coordenador da comissão externa, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), afirmou que é fundamental garantir as verbas no Orçamento de 2016 para que a situação hídrica do Nordeste seja amenizada nos próximos anos. “É importante fazermos uma mobilização em todo o Nordeste e no Congresso Nacional para assegurar os recursos. Se de fato tivermos os recursos, automaticamente, a partir de 2016 e de 2017, poderemos amenizar a situação hídrica do Nordeste”, afirmou o parlamentar.

Um dos 10 mil trabalhadores da obra, Jerônimo Alves, afirmou que a conclusão do projeto de transposição do São Francisco vai beneficiar toda a população. “Pessoalmente, para mim até parece um sonho. Anos atrás, se perguntassem isso, a gente levaria como uma brincadeira. Foi um sonho maravilhoso que virou realidade. Nunca me passou pela cabeça; hoje me sinto muito bem trabalhando nela”, disse Alves.

Fonte: Agência CÂMARA

Veto a artigo que previa desaposentação divide opinião de deputados

Frente em defesa dos aposentados promete tentar derrubar o veto presidencial. Base governista afirma que tema não fazia parte da MP

A lei que institui as novas regras para a aposentadoria foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff (Lei [13.183/15](#)). A presidente vetou artigo que permitia a chamada desaposentação. Por essa regra, um aposentado que continuasse trabalhando poderia contribuir para a Previdência por mais cinco anos, pelo menos, e pedir o recálculo da aposentadoria. Um grupo de deputados ligados à Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados se articula para tentar derrubar o veto no Congresso. Entre eles, o líder do PPS, Rubens Bueno. O deputado foi responsável pelo destaque que permitiu a inclusão da "desaposentação" durante a votação do projeto na Câmara.

"Nós vamos ter mais atividade econômica, teremos mais gente presente ao trabalho, teremos mais recolhimento para a Previdência Social e é no bojo disso tudo que estamos trabalhando", argumentou o parlamentar.

O relator do projeto que deu origem à lei, deputado Afonso Florence (PT-BA), defendeu o veto e disse que, com certeza, não será derrubado. "Não fazia parte do acordo esse item. Quando o texto da medida provisória veio para o Plenário da Câmara, ele foi incluído por destaque e, portanto, era um veto previsto", justificou.

A nova lei permite que o trabalhador ganhe a aposentadoria integral quando atingir a fórmula 85/95, que é a soma da idade e do tempo de contribuição para mulheres e homens, respectivamente. A fórmula 85/95 será válida até 31 de dezembro de 2018. A partir daí, essa soma é acrescida de um ponto de dois em dois anos até 2026, quando terá que ser 90/100.

Fonte: Agência Câmara

Paim lamenta que pautas conservadoras tenham origem no próprio Congresso



O senador Paulo Paim (PT-RS), que esteve em Belém (PA) e Macapá (AP) para discutir o projeto de lei que vai regulamentar a terceirização de mão de obra no país, lamentou que propostas conservadoras tenham origem no Congresso Nacional num período democrático. Ele destacou que nem na ditadura militar esse tipo de projeto chegou a ser analisado pelo Poder Legislativo. Paim informou que também foi tratada nas audiências públicas em Belém e Macapá a prevalência de acordo coletivo de trabalho sobre a

legislação trabalhista, medida que pode prejudicar os trabalhadores.

Paim informou que esses assuntos foram destaque de reportagem da revista *Carta Capital* sobre a retirada de direitos sociais e culturais conquistados ao longo dos anos.

— Há muito tempo eu venho alertando para essa situação: terceirização, negociado acima do legislado, flexibilização da CLT, ataques aos direitos das mulheres, dos povos indígenas, dos aposentados, diminuição do horário de descanso do trabalhador, ataque ao movimento sindical. A sociedade tem que estar ciente de que está acontecendo algo grave, muito grave, no Congresso Nacional, a partir da Câmara dos Deputados — afirmou o senador.

O senador Paulo Paim ainda lamentou o veto presidencial à desaposentadoria, medida que permitiria pedido de revisão de benefício previdenciário do aposentado que voltasse a trabalhar.

Fonte: Agência SENADO